

# A espera continua

ERIKA KLINGL

DA EQUIPE DO CORREIO

**E**stá próximo o fim da novela da paralisação das obras do Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon). No entanto, nem de longe, isso representa o fim das viagens de doentes de câncer para cidades como Rio de Janeiro e Anápolis (GO) — onde há tratamento. O pequeno Marcos Yuri Bernardo, com apenas 8 anos e uma leucemia que o castiga desde bebê, ainda não poderá contar com tratamento perto da família. A casa onde mora fica em Samambaia, mas hoje ele está muito longe de seu quarto e dos brinquedos. Marcos está no Rio em busca da cura.

Ontem, em reunião no Ministério da Saúde, ficou decidido que as obras do Cacon serão retomadas. O martelo também foi batido no que diz respeito ao destino dos 17 equipamentos de última geração que estão guardados há mais de um ano em um galpão do Hospital Universitário (HUB), como divulgou o Correio em série de reportagens na semana passada.

Todos ficarão na própria universidade e serão instalados no hospital localizado na Asa Norte. "Essa é a solução mais rápida porque se formos criar uma estrutura para receber uma dessas máquinas em um hospital público do Distrito Federal ele também teria que passar por uma obra que demoraria ainda mais", argumenta o médico Luiz Antônio Santini, diretor do Instituto Nacional do Câncer (Inca). Além disso, ele destaca a importância do HUB como formador de médicos especializados no tratamento da doença.

O problema é que ainda há pendências burocráticas na aprovação das contas do que já foi construído e serão necessários, pelo menos, seis meses para a conclusão das obras. "Mais de 60% da obra está pronta, in-

Fotos: José Varella/CB - 23/2/07



O BRASILENSE YURI, DE 8 ANOS (D) FAZ TRATAMENTO DE LEUCEMIA NO RIO: LONGE DE CASA E DOS BRINQUEDOS PORQUE NÃO HÁ COMO SER TRATADO NA CAPITAL

clusive a parte mais complexa que a construção do bunker para armazenar o acelerador linear", argumenta. Mas, enquanto isso, os pacientes do DF esperam pelo tratamento ou fazem uma peregrinação pelo país. A construção do primeiro centro avançado de radioterapia da rede pública do DF está parada há 13 meses e causa prejuízos aos cofres públicos e à saúde de mi-

lhares de moradores da unidade da Federação e Entorno.

## Precauções

Para acelerar o processo, a Universidade de Brasília (UnB) e o governo farão a licitação emergencial, que dispensa fases do processo de escolha de prestadores de serviço. O departamento jurídico da UnB estuda, a partir de hoje, qual será a estratégia.

Ficou decidido que o Ministério Público do DF e o Tribunal de Contas acompanharão de perto o processo para evitar irregularidades e questionamentos na Justiça. Atualmente, a lei de licitações garante um ritual com prazos estendidos que permite recursos e protestos, tudo para garantir que a compra não seja direcionada e nem que beneficie qualquer empresa. Quando

isso ocorre, a licitação pode demorar até seis meses. A decisão de ontem é pela busca de uma fórmula mais rápida.

Apesar da pressa, foi necessária a intervenção do ministro da Saúde, Agenor Álvares, para que a crise do HUB chegasse próxima a uma solução. Foi ele quem convocou a reunião no gabinete e decidiu que a conversa de ontem só terminaria com uma definição

encaminhada. É verdade que ainda falta chegar a um consenso sobre os números da Fundação Universidade de Brasília (FUB) e do Fundo Nacional de Saúde (FNS), do ministério. Apesar de concordarem com o valor que já foi gasto — R\$ 1,775 milhão só na estrutura do prédio — os dois divergem no que diz respeito à origem dos recursos e na forma como eles foram gastos.

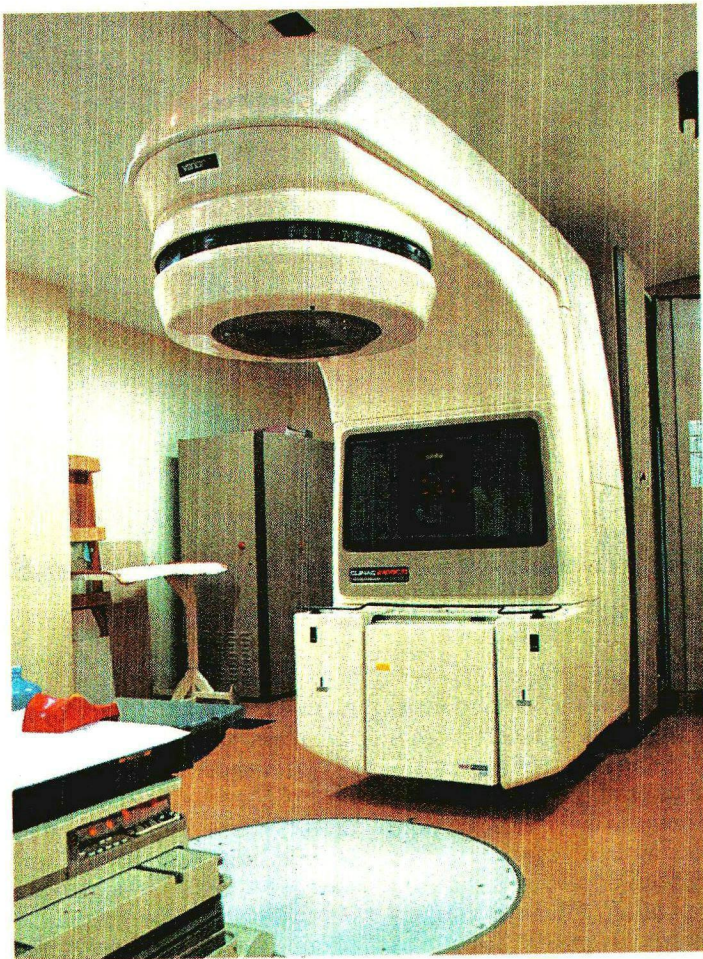
"É uma questão burocrática e que será resolvida por técnicos de todos os órgãos ainda esta semana", justifica o reitor da UnB, Timothy Mulholland. Amanhã, funcionários da UnB, do ministério, do Inca, e da Secretaria de Saúde do DF se reúnem para traçar um cronograma de construção e, principalmente, de investimento e divisão da conta. A previsão inicial é a de que ainda sejam necessários R\$ 1,5 milhão que será pago pela própria UnB e pelo Fundo. "Falta ver quem vai pagar quanto. Isso tudo será decidido nessa reunião", adiantou o diretor do Inca.

Na reunião de ontem, o secretário de Saúde do DF, José Geraldo Maciel, disse que conseguiria construir uma sala no Hospital Regional de Taguatinga (HRT) dentro de seis a oito meses para receber o aparelho.

Além do acelerador linear, a Secretaria está de olho em outros dois equipamentos já comprados pelo Ministério da Saúde — o Sistema de Braquiterapia de Alta Dose e o Sistema de Planejamento para Teleterapia 3D. "Conhecemos o problema do DF com a falta de atendimento oncológico", admitiu Santini. "O Inca sabe da carência e o Ministério da Saúde identificou a necessidade", completou. Apesar disso, o diretor do Inca disse que não há previsão orçamentária para o gasto. "O DF é viável para receber outro centro além do Hospital Universitário mas não há nem uma previsão nesse sentido."

## ACELERADOR DE SOLUÇÕES

O acelerador linear é o equipamento mais caro dos que estão no galpão da UnB. Só ele — igual ao do Inca (foto) — custa R\$ 1,6 milhão. O DF tem um acelerador linear no HBB, mas o equipamento está velho e quebra constantemente. Cerca de 3,5 mil pessoas precisam fazer radioterapia no DF por ano. O acelerador do HBB não consegue atender à demanda e pacientes são mandados para hospitais de Anápolis e Goiânia, a um custo de R\$ 20 mil cada. A máquina é responsável pela produção de energia das radiações usadas na radioterapia. Hoje há duas técnicas de aplicação da radio — braquiterapia e a teleterapia — e a escolha de cada uma depende da localização do tumor. Para cada forma há um aparelho. As versões mais modernas estão na UnB. O Sistema de Planejamento para Teleterapia 3D, por exemplo, nem existe na rede pública de saúde. (EK)



## MEMÓRIA

### Dezembro de 2003

É assinado convênio entre a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e o Fundo Nacional de Saúde (FNS) do Ministério da Saúde (MS), para construção e mobiliário do Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon), no valor de R\$ 2,5 milhões, a serem repassados em cinco parcelas

### Julho de 2004

A empresa Cinzel é contratada para execução da obra, por licitação, pelo valor de R\$ 1.729.946,35. Prazo para conclusão da obra: 210 dias

### Maio de 2005

Durante a execução da obra, a Cinzel solicitou revisão do contrato, o que não foi aceito pela FUB. A UnB não aceitou e a Cinzel solicitou rescisão do contrato

### Junho de 2005

A FUB consultou as demais empresas licitantes para a conclusão da obra, pelos mesmos valores inicialmente contratados com a Cinzel. Nenhuma das empresas con-

tatadas aceitou a solicitação. Até este momento, já havia sido gasto R\$ 931.280,90

### Setembro de 2005

A UnB resolveu dar continuidade à obra por administração direta. Nesse mesmo mês, a universidade recebeu os equipamentos

### Dezembro de 2005

Com a posse de Timothy Mulholland na reitoria da UnB, a instituição decidiu investir mais R\$ 273.936,28 de recursos próprios

### Janeiro de 2006

O Fundo Nacional de Saúde não aprova a realização de despesas de contratação de mão de obra de operários pela UnB e não libera a parcela de investimento. A obra fica paralisada por falta de recursos

### Setembro de 2006

O FNS repassa a terceira parcela no valor de R\$ 787.000,00. Mas o dinheiro fica bloqueado por causa da não aprovação das contas

## SECRETARIA QUESTIONADA

O secretário de Saúde do José Geraldo Maciel pediu um levantamento dos medicamentos em falta nos hospitais e na Farmácia de Alto Custo do DFE. A lista faz parte das explicações pedidas pela Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde sobre irregularidades na distribuição de medicamentos. A Promotoria questiona os motivos de existirem pouco mais de R\$ 8 milhões disponíveis para a aquisição de remédios, embora a secretaria alegue que não há orçamento para regularizar a distribuição e esteja em dívida com os fornecedores. A promotoria também questiona o fato de o GDF não contribuir financeiramente para a compra desses medicamentos, que é feita com recursos da União e dos estados. Verbas depositadas pela União, destinadas a outros programas de saúde, como o de assistência farmacêutica básica, estão sendo utilizadas para a compra de medicamentos. (EK)